

Como a governança pode influenciar a cultura organizacional na área recursos humanos em saúde no Brasil

Cláudia Brandão Gonçalves Silva – Universidade de Brasília
Magda Duarte dos Anjos Scherer – Universidade de Brasília

Autor principal: Cláudia Brandão Gonçalves Silva (claudiabrandao2012@bol.com.br)

Palavras Chave: Recursos Humanos em Saúde. Governança. Cultura Organizacional. liderança. Planejamento em saúde.

Resumo

O Brasil apresenta política institucionalizada em Recursos Humanos em Saúde conhecida como Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS). Em 2016 com a elaboração de um planejamento coletivo e ascendente a agenda da PNEPS é reativada no país, e em 2017, com o lançamento do Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente no SUS, houve o retorno de financiamento para planejamento e execução de ações de Educação Permanente em Saúde (EPS). Com este programa, todos os estados estruturaram planos de Educação em Saúde. Neste sentido, pode-se constatar que houve transformações nas culturas organizacionais das esferas estaduais que lidam com o tema da EPS, reestabelecendo processos de comunicação entre as esferas gestoras, na temática, o que evidencia práticas bem-sucedidas na gestão pública de saúde e o potencial de influência da governança na transformação de culturas organizacionais.

Resumo (segunda lingua latina)

Brasil presenta política institucionalizada en Recursos Humanos en Salud conocida como Política Nacional de Educación Permanente en Salud (PNEPS). En 2016 con la elaboración de una planificación colectiva y ascendente la agenda de la PNEPS es reactivada en el país y en 2017, con el lanzamiento del Programa para el Fortalecimiento de las Prácticas de Educación Permanente en el SUS, hubo el retorno de financiamiento para planificación y ejecución acciones de Educación Permanente en Salud (EPS). Con este programa, todos los estados estructuraron planes de Educación en Salud. En este sentido, se puede constatar que hubo transformaciones en las culturas organizacionales de las esferas estatales que tratan con el tema de la EPS, reestablecen procesos de comunicación entre las esferas gestoras, en la temática, lo que evidencia prácticas exitosas en la gestión pública de salud y el potencial de influencia de la gobernanza en la transformación de culturas organizacionales.

Texto da Comunicação

A governança pública, como um modo de estabelecer ações de poder entre Estado e sociedade e provocar efeitos na tomada de decisão entre estas partes, ganha visibilidade na área de recursos humanos em saúde. No Brasil ela é definida, por meio de Decreto da Presidência da República como um “conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (1).

A presente investigação tem como objetivo descrever a experiência de governança pública na área de recursos humanos em saúde (RHS) do Ministério da Saúde do Brasil, nos dois últimos anos, destacando as principais influências nas culturas das organizações de saúde das unidades federativas do país que lidam com o tema de RHS, em especial nas iniciativas de educação em saúde.

O Brasil apresenta uma política institucionalizada em educação na saúde, publicada no ano de 2004, conhecida como Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) (2). Trata-se de uma política de grande envergadura por direcionar ações para a qualificação de profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), com vistas a melhorar a qualidade da prestação de serviços de saúde.

No entanto, constata-se que a partir do ano de 2011, quando da suspensão de repasse de recursos financeiros a estados e municípios por parte do Ministério da Saúde, para ações da PNEPS, esta política perdeu visibilidade no conjunto de prioridades da gestão federal do Brasil (3).

A partir do ano de 2016 a agenda da PNEPS é reativada no país. Por meio da elaboração de planejamento coletivo e ascendente liderado pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) do Ministério da Saúde, que envolveu gestores estaduais e municipais, Conselho Nacional de Secretários de Saúde, Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, Ministério da Educação, Organização Pan-Americana da Saúde, Conselho Nacional de Saúde, foi possível recolocar a PNEPS no centro de discussão no cenário das políticas públicas nacionais de saúde, possibilitando a avaliação da necessidade de sua revisão e concomitantemente o lançamento de uma série de iniciativas para seu fortalecimento.

Sendo assim, para descrever a experiência, este estudo descritivo foi realizado por meio de análise documental de forma a construir a trajetória da PNEPS no Brasil, assim como sistematizar as mais recentes iniciativas que destacam o papel da governança pública e a sua influência nas políticas de saúde para a transformação das culturas organizacionais.

Destaca-se como um dos resultados o lançamento, pelo Ministério da Saúde, do “Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente no SUS (PRO EPS-SUS)”, no ano de 2017, que possibilitou o retorno do financiamento a estados e municípios para o planejamento e execuções de ações de Educação Permanente em Saúde (EPS) (4). Como consequência, com o PRO EPS-SUS, todos os estados do país estruturaram planos estaduais de EPS. As iniciativas realizadas sugerem transformações na cultura organizacional das esferas estaduais que lidam com o tema da EPS, expressas pelo comprometimento com ações de planejamento de EPS, pelo reestabelecimento de processos de comunicação entre as esferas gestoras, pelo empoderamento de gestores e profissionais de saúde para o tema da EPS, que passa a ter prioridade na agenda da saúde.

Este relato descritivo contribui, sobremaneira, para a troca de experiências e de conhecimento produzido acerca de práticas bem sucedidas na gestão pública de saúde e sobre o potencial de influência da governança na transformação de culturas organizacionais que podem promover melhorias na qualidade da assistência à saúde (5).

Bibliografia

1. Brasil. Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União 23 nov 2017.
2. Brasil. Portaria de Consolidação GM/MS nº 02, de 28 de setembro de 2017. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do

- Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Diário Oficial da União, 29 set 2017.
3. Cardoso MLDM, Costa PP, Costa DM, Xavier C, Souza RMP. A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde nas Escolas de Saúde Pública: reflexões a partir da prática. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22, 1489-1500; 2017.
 4. Ministério da Saúde. Secretaria da gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no SUS: manual técnico 2018. Brasília, DF, Ministério da Saúde; 2018.
 5. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento? Brasília, DF. Ministério da Saúde; 2018.